

PROCESSO TCE N° 20.020.2015-20.

ENTIDADE: Câmara Municipal de Bujari.

NATUREZA: Prestação de Contas.

OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Bujari, referente ao exercício de 2014.

RESPONSÁVEL: Daniel dos Santos Lopes e Silva.

RELATOR: Conselheiro Antonio Cristovão Correia de Messias.

ACÓRDÃO Nº 10.309/2017

PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Bujari. Envio da Prestação de Contas fora do prazo constitucional (CE, artigo 23, parágrafo 1º). Envio do Relatório Circunstanciado e do Demonstrativo de Concessão de Diárias de forma incompleta, não atendendo plenamente a Resolução TCE-AC nº 87/2013. Inconsistência na escrituração das Transferências Financeiras Recebidas. Saldo proveniente do exercício anterior diverge do saldo demonstrado nos autos. Saldo negativo que se transfere para o exercício seguinte informado no Balanço Financeiro não guarda conformidade com o extrato bancário de dezembro/2014. Resultado Patrimonial apresentado nos autos não representa a real situação da Câmara Municipal. Ausência do instrumento legal que fixou os subsídios dos Vereadores e das fichas financeiras dos pagamentos efetuados. Ausência do Sistema de Controle Interno. Irregularidade. Aplicação de multa ao Gestor e ao Contador. Abertura de Tomada de Contas Especial. Notificação. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator: **1)** considerar **irregular** a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Bujari, exercício orçamentário e financeiro de 2014, de responsabilidade do Senhor **Daniel dos Santos Lopes e Silva**, Presidente da Mesa Diretora à época, em face das seguintes irregularidades: **a)** envio da Prestação de Contas fora do prazo constitucional (CE, artigo 23, parágrafo 1º), **b)** envio do Relatório Circunstanciado e do Demonstrativo de Concessão de Diárias de forma incompleta, não atendendo plenamente a Resolução TCE-AC nº

87/2013, **c)** inconsistência na escrituração das Transferências Financeiras Recebidas, contrariando preceitos da Lei Federal nº 4.320/64 (artigos 83, 85 e 103), em face do montante informado pelo Gestor na Prestação de Contas (R\$ 412.500,00) não considerar os duodécimos dos meses de novembro e dezembro/2014 (R\$ 41.250,00 + R\$ 41.250,00), sendo comprovado pela análise técnica que o montante correto das Transferências Financeiras Recebidas foi de R\$ 495.000,00 (quatrocentos e noventa e cinco mil reais), **d)** saldo proveniente do exercício anterior (R\$ 306,92, conforme comprovado na Prestação de Contas de 2013) diverge do saldo demonstrado nos autos (R\$ 620,21), **e)** saldo negativo que se transfere para o exercício seguinte informado no Balanço Financeiro (R\$ 81.879,79) não guarda conformidade com o extrato bancário de dezembro de 2014 (R\$ 3.906,92), **f)** Resultado Patrimonial apresentado nos autos não representa a real situação da Câmara Municipal, **g)** ausência do instrumento legal que fixou os subsídios dos Vereadores e das fichas financeiras dos pagamentos efetuados no exercício de 2014, e **h)** ausência do Sistema de Controle Interno da Câmara Municipal de Bujari, contrariando o disposto na Resolução TCE-AC nº 076/2012; **2) aplicar multa** ao Senhor **Daniel dos Santos Lopes e Silva**, no valor de **R\$ 3.570,00** (três mil, quinhentos e setenta reais), em face do envio da Prestação de Contas fora do prazo estabelecido na Constituição Estadual, da inconformidade apurada no saldo que se transfere para o exercício seguinte e da ausência do instrumento legal que fixou os subsídios dos Vereadores e das fichas financeiras dos pagamentos efetuados no exercício de 2014, assinalando o **prazo de 30 (trinta) dias** para o efetivo recolhimento em favor do Tesouro do Estado do Acre, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas; **3) aplicar multa** ao Senhor **Manoel Ferreira Gomes**, Contador, responsável pela elaboração dos demonstrativos contábeis, com fulcro no artigo 89, inciso II, da LCE nº 38/1993, no valor de **R\$ 1.785,00** (um mil, setecentos e oitenta e cinco reais), considerando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, em face das irregularidades e falhas contábeis apontadas na Prestação de Contas, a ser recolhida em favor do Tesouro do Estado do Acre, no **prazo de 30 (trinta) dias**, de tudo dando ciência a este Tribunal de Contas; **4) determinar a abertura de Tomada de Contas Especial**, nos termos do artigo 44, da LCE nº 38/1993, para apuração dos valores pagos aos Vereadores da

localidade a título de subsídios, durante o exercício de 2014; **5) notificar** o atual **Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Bujari**, para tomar conhecimento desta decisão e do apurado pela análise técnica, devendo observar a obrigatoriedade de implantação do Sistema de Controle Interno, em cumprimento ao que prescreve o artigo 1º da **Resolução TCE/AC nº 76**, de 13 de setembro de 2012, combinado com os artigos 70 e 74 da Constituição Federal/1988. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco – Acre, 1º de junho de 2017.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**

Presidente do TCE/AC

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Relator

Conselheiro **JOSÉ AUGUSTO ARAÚJO DE FARIA**

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**

Conselheira **NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**

Fui presente:

MÁRIO SÉRGIO NERI DE OLIVEIRA

Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC